

# Política imigratória e imigração italiana no Pós-Segunda guerra mundial: *Perfil daS entrada Se trajetóriaS*

Maria do Rosário Rolfsen Salles  
Sênia Regina Bastos

**Como citar:** SALLES, M. R. R; BASTOS, S. R. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.BAENINGER, R. (org). **Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras.** Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 121-145

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3.p.121-145>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# POLÍTICA IMIGRATÓRIA E IMIGRAÇÃO ITALIANA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PERFIL DAS ENTRADAS E TRAJETÓRIAS

*Maria do Rosário Rolfsen Salles<sup>1</sup>*

*Sênia Regina Bastos<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa a focalizar as mudanças na política imigratória brasileira e internacional que se consubstanciaram, num primeiro momento, na retomada da imigração no Pós-Segunda Guerra Mundial, com o Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, ainda sob o Estado Novo, segundo o qual, o Brasil reabria a imigração, embora mantendo o sistema de quotas que havia imprimido o caráter restritivo à imigração que caracterizou a era Vargas desde 1934, quando se instituiu esse sistema. Nesse ano, como se sabe, o fluxo de imigrantes ficara limitado em 2% do total de entradas de cada nacionalidade entre 1884 e 1934. Os acordos entre o Brasil e os organismos internacionais que, então,

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e docente da Universidade Anhembi Morumbi. Email: mrrsalles@anhembimorumbi.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e docente da Universidade Anhembi Morumbi, Diretoria de Pesquisa e Extensão, Mestrado em Hospitalidade. Email: bseniab@terra.com.br

instituíram-se, no contexto da criação da própria Organização das Nações Unidas e sob a hegemonia dos países vencedores, especialmente, dos Estados Unidos, constituem a ênfase desse período e são problematizados para a compreensão desse contexto migratório. Realmente, a grande novidade, em matéria de imigração no Pós-Segunda Guerra Mundial, foi a criação dos organismos internacionais que se ocuparam do repatriamento, colocação ou acordos de migração entre países europeus, recém-saídos da guerra, e países cujos processos de desenvolvimento exigiam mão de obra técnica e qualificada, como era o caso do Brasil.

A discussão, nesse sentido, centra-se no tratamento dos dados sobre a entrada dos imigrantes italianos no Brasil, entre 1950 e 1980, a partir de um banco de dados resultante de um Projeto Temático FAPESP/Memorial do Imigrante sediado no Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO/Unicamp), desenvolvido entre 2003 e 2008, intitulado: “Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80”. O banco de dados foi construído a partir da documentação presente no Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional. A proposta, então, era analisar a dinâmica dos “novos” fluxos migratórios para São Paulo no período Pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente, a inserção de trabalhadores considerados como mão de obra qualificada oriundos da Europa e do Japão, em resposta ao crescimento da demanda por esse tipo de operário para a indústria e agricultura que se mecanizavam, especialmente, no estado e na cidade de São Paulo.

Esse banco de dados compreende as seguintes séries documentais, cujas informações foram inseridas no banco de dados: fichas de identificação (40.035), avisos de colocação e embarque/chegada (6.892), fichas do candidato (3.433), fichas de entrevista para colocação (3.606), *curricula vitae* (1.148), processos administrativos (3.296), pedidos de mão de obra qualificada estrangeira (155) e cancelamentos de mão de obra pré-colocada (76).

Para o tratamento da documentação foram criados 45 campos para inserção das informações provenientes das séries documentais. No presente artigo, foram trabalhados os dados relativos à nacionalidade, naturalidade, origem, sexo, idade, estado civil, procedência, destino, meio

de transporte, posição familiar, profissão, empresa empregadora, residência e data da chegada.

Do ponto de vista cronológico, este conjunto documental divide-se em duas fases: 1947-1951, quando as entradas são majoritariamente de refugiados de guerra que se encontravam em campos de refugiados na Alemanha e na Áustria e que constituem um grupo formado por imigrantes provenientes do leste europeu. Entram basicamente pelos organismos internacionais encarregados do repatriamento e colocação em países europeus e não europeus, no caso, a *International Refugee Organization* (IRO)<sup>3</sup> e *Hebrew International Assistance* (HIAS).

A partir de 1952, após a extinção da IRO e criação do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), as entradas ficam organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países, até o final dos anos 1970. Nesse período, modifica-se o perfil dos imigrantes, com entradas de diversas nacionalidades (italianos, espanhóis, alemães, suíços, japoneses, etc.), cuja característica básica é sua inserção urbana e industrial, sobretudo em São Paulo (SAKURAI; SALLES; PAIVA, 2008).

Do ponto de vista imigratório, como apontado, esse período caracteriza-se pela retomada da política imigratória, com o Decreto Lei n. 7.967, de 18/09/1945. Segundo o Artigo 38 desse decreto, a imigração dirigida ocorre quando o Poder Público, empresa ou particular promove a introdução de imigrantes, hospedando-os e localizando-os. E, no primeiro parágrafo, aponta a preferência por famílias que contenham pelo menos oito pessoas aptas para o trabalho, entre 15 e 50 anos (Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, 1952). Revogado esse decreto com a Resolução do Conselho de Imigração e Colonização n. 1.676, de 18/10/1950, suprimiu-se o regime das quotas para imigrantes das nacionalidades portuguesa, espanhola, francesa e italiana. A partir de então, inúmeros acordos firmaram-se entre o Brasil e os países europeus e o Japão.

Desta forma, o período do Pós-Segunda Guerra é o quarto e último período na entrada de imigrantes, se considerarmos os períodos anteriores – primeiro período: da imigração subsidiada até 1906; segundo período: de 1906 às vésperas da Primeira Guerra Mundial; terceiro

---

<sup>3</sup> No Brasil, também, ocorre a variação da denominação OIR - Organização Internacional dos Refugiados.

período: do final da Primeira Guerra Mundial até o fim do Estado Novo, em que se encerra a política subsidiada e se inicia a política restritiva à imigração (BASSANEZI, 1995). Assim, passam a vigorar, basicamente, os seguintes tipos de imigração: uma, espontânea, que se dá através das “cartas de chamada” de parentes e oferta de empregos; outra que se caracterizava por grupos e cooperativas com vistas, sobretudo, à colonização agrícola; e a imigração dirigida, orientada pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais. A partir dos anos 1960, viu-se declinar novamente o movimento imigratório que se limitou a técnicos e profissionais especializados.

### **A IMIGRAÇÃO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA, OS ITALIANOS E OS ACORDOS BILATERAIS**

Do ponto de vista do quadro internacional vigente entre as duas guerras mundiais e aquele posterior à Segunda Guerra, há grandes diferenças que se referem às especificidades das relações internacionais. Por exemplo, o sistema internacional Pré-Segunda Guerra é multipolar, e aquele que passou a vigorar no Pós-Segunda Guerra, é bipolar (VIGEVANI, 2009). Entre as duas guerras mundiais havia o pressuposto de que poderia prevalecer o multilateralismo, mas que acabou não ocorrendo plenamente. Nesse contexto, cria-se a Liga das Nações e a possibilidade de desenvolver-se um sistema multilateral e cooperativo tendo em vista a necessidade de se controlar os conflitos entre as nações e o comércio internacional. Tal aspecto ajuda a entender a importância da criação dos organismos internacionais multilaterais e as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança. No que se refere especificamente às migrações internacionais e à criação do CIME<sup>4</sup>, em 1951, os organismos respondiam às necessidades dos países vencedores, os quais se encontravam com uma população muito grande, desalojada e carente de novos locais para viver e trabalhar (AMBROSI, 2009).

Por isso, os EUA, assim como os países da Europa Ocidental e da América Latina - que na ocasião estava muito mais próxima da órbita dos EUA do que agora - estabeleceram as bases para criar uma organização internacional que pudesse se ocupar do problema. Em consequência, o nascimento da OIM foi decidido como resposta, não

---

<sup>4</sup>Hoje Organização Internacional para as Migrações (OIM).

da comunidade internacional, mas de uma parte específica dela - a que havia vencido a guerra (AMBROSI, 2009, p. 18).

A atuação do CIME, então, fica marcada pela existência dos dois blocos e as fronteiras entre os países deixam de ser um ponto de encontro para tornarem-se um ponto de divisão dentro de um mesmo espaço homogêneo, o Ocidente. A posição brasileira no contexto internacional e os interesses, por parte de significativa parcela dos intelectuais e diplomatas encarregados da discussão da política imigratória, em reativar a imigração dirigida determinaram a elaboração de acordos bilaterais com alguns desses organismos encarregados da imigração, como a IRO, para o repatriamento e colocação dos deslocados de guerra, assim como do CIME, que passou a atuar a partir de 1951, com a extinção da IRO.

Do ponto de vista da política imigratória brasileira do Pós-Segunda Guerra, esta caracterizou-se pela inserção de trabalhadores com perfil majoritariamente voltado para as atividades urbanas e industriais e, em São Paulo, pela modernização do parque industrial, tanto na capital como em diversas regiões do estado. Evidenciam esse processo o crescimento de novos ramos da indústria automobilística, eletroeletrônica, química, farmacêutica, etc., além de investimentos em projetos agrícolas.

Nesse contexto, o ano de 1947, que, sob diversos aspectos, caracteriza-se por ações internacionais visando a enfrentar os problemas decorrentes do final do conflito, é marcante, também, em função da proclamação da doutrina Truman, que anunciava a disposição norte-americana de combater a expansão comunista, e a aprovação do Plano Marshall. O Plano Marshall foi concebido para recuperar a economia européia do Pós-Segunda Guerra, dentro do espírito liberal e de multilateralismo de reconstrução, que animou o governo norte-americano desde 1941, e visava, ainda, a consolidação da hegemonia americana. Assim, “O Plano Marshall deu à Europa devastada pela guerra os meios econômicos necessários para estimular o arranque da sua reconstrução. Os meios humanos foram fornecidos numa primeira fase pelos deslocados, refugiados e emigrantes do leste e sul europeu” (BAGANHA, 1993, p. 820). Com essa perspectiva, criaram-se os organismos internacionais encarregados do direcionamento das populações deslocadas e dos assuntos

gerais e decisões sobre as migrações e recrutamento, seleção e colocação de mão de obra (AMBROSI, 2009).

Os países europeus, com exceção da Espanha, receberam empréstimos e donativos para sua recuperação, entre 1948 e 1952, através de acordos bilaterais que favoreciam os EUA e permitiam o controle da política econômica e industrial dos países em questão, além de interferir nas relações do leste com o oeste europeu, impondo restrições de exportações de produtos “estratégicos” ao leste e aprofundando a dependência econômica ocidental em relação aos EUA.

O Pós-Segunda Guerra, dessa forma, significou um período de extrema confiança na recuperação econômica e na intervenção do planejamento nessa recuperação. É neste contexto que aparece um fato novo com relação ao planejamento dos movimentos migratórios internacionais: a criação de órgãos técnico-administrativos destinados a intervir na prática, num amplo processo de cooperação internacional. Em atinência à questão das migrações, os mais importantes desses organismos são a IRO e o CIME, entre outras, como o Comitê Intergovernamental Católico para as Migrações (CICM).

Segundo La Cava (1988, p. 53): “[...] a intervenção pública na questão imigratória remonta aos inícios das republicas independentes [...] Tratava-se de um tipo de intervenção estatal que subvencionava, dirigia e até certo ponto selecionava os fluxos [...]”.

Ainda essa autora lembra que:

[...] a política imigratória era fruto de um projeto nacional e racial mais amplo do que o de uma geração ou elite regional. Para Skidmore, o projeto imigratório brasileiro se baseara entre 1889 e 1914, na tese do “branqueamento” ou da miscigenação da população de cor que, até o momento da grande imigração, dominava o quadro demográfico do país (SKIDMORE, 1976 apud LA CAVA, 1988, p. 54).

De certa forma, essa orientação continuará presente nos momentos posteriores e é, nesse contexto, que se deve discutir a inserção das nacionalidades entradas no Pós-Segunda Guerra. A mesma autora, referindo-se à imigração italiana nesse período, afirma que:

Na primeira fase, de 1945 a 1952, marcada pelo assim chamado sistema triangular, os Estados Unidos providenciaram os capitais privados na América Latina, a Europa, a mão de obra e a América Latina, os recursos naturais (terras, etc.). Nesse período, [...] teria sido resolvido tanto o problema do excesso populacional europeu, como o da ‘carência’ da mão de obra necessária para o desenvolvimento da América Latina.

[...] ao contrario do que sugeria a literatura pró-imigratória, o êxodo europeu para a América Latina no pós-guerra não foi determinado exclusivamente pelos mecanismos de demanda e oferta, característicos do mercado internacional de trabalho na era do liberalismo (1870-1920). A tensão entre o projeto de reconstrução da Europa e a realidade social e política, por um lado, e por outro, a impossibilidade de canalizar altos contingentes de imigrantes italianos para a América Latina através de simples mecanismos de livre mercado, configuraram uma tipologia única na história das migrações transoceânicas. [...] Assim como outros problemas sociais do pós-guerra, a questão imigratória foi abordada com estratégias dirigidas que transcendiam as iniciativas privadas e nacionais (LA CAVA, 1988, p. 57-58).

Além do Decreto Lei n. 7.967, os demais acordos firmados no período são: o Brasil é signatário do acordo relativo às disposições provisórias sobre os refugiados e deslocados da IRO (15/09/1946); Acordo de Migração entre o Brasil e a Itália (5/07/1950); legislação para criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, 1945); Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (concluída em Genebra, em 1951, e assinada pelo Brasil, em 1952); Acordo de Migração entre o Brasil e a Espanha (1960); Acordo de Imigração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos (15/12/1950); e a constituição do CIME (19/10/1953).

## **OS ITALIANOS E OS ACORDOS BRASIL-ITÁLIA**

Observe-se que, como enuncia Trento (1989), as comunidades estrangeiras, no Brasil e em São Paulo, em particular, eram, em grande parte, formadas por pessoas que residiam há muito tempo no Brasil. Nas décadas de 1910 e 1920, 60% dos estrangeiros e 80% dos italianos haviam chegado antes de 1905. No caso italiano, com a proibição da emigração subsidiada por parte do governo italiano, em 1902, pelo Decreto Prinetti,



e com o redirecionamento das correntes em direção a outros países como EUA e Argentina, caem drasticamente as entradas no entreguerras, além do fato de o país não exercer mais a atração que antes havia exercido, nem mesmo entre as regiões mais pobres que, tradicionalmente, forneciam os maiores contingentes de mão de obra. Assim, entre 1921 e 1937, entraram no Brasil 32.411 italianos provenientes das regiões setentrionais da Itália (38,1%); 11.106, da Itália central (13%) e 41.693 da Itália meridional e ilhas (48,9%). Segundo o autor, os dados sobre a presença italiana no Brasil são bastante díspares, o Censo de 1940 indica a presença de 285.029 italianos, dos quais 212.996 no estado de São Paulo, enquanto Mortara (apud TRENTO, 1989), aponta um número maior, de 325.000 para o Brasil, dos quais, 235.000, aproximadamente, em São Paulo.

Em 1945, o número havia caído para 277.000 em todo o Brasil. Os fatores para a diminuição dos fluxos italianos apontados por Trento (1989) são os seguintes: piora dos salários agrícolas, incremento do controle do trabalhador nas indústrias, dificuldade maior para as culturas intercalares, com a primazia ao cultivo do café, além da concorrência da imigração japonesa, amparada que foi pelas companhias japonesas e representantes diplomáticos.

No entreguerras, houve várias tentativas de acordo entre o Brasil e a Itália, como o de 1923, pela pressão do próprio Matarazzo, que empregaria grande parte da mão de obra entrada após 1950, como se verificará adiante. Em 1924, o Estado de São Paulo retoma as negociações com o Estado italiano, mas Mussolini nega-se a assinar o acordo, alegando más condições de trabalho e o horror à situação do tracoma que afetava, sobretudo, imigrantes italianos. De fato eram exigências comerciais que não se cumpriam de parte a parte (TRENTO, 1989). A partir de 1928-29, com a queda das cotações internacionais do café, reduziram-se ainda mais as possibilidades de atração de mão de obra italiana, além de provocar a diversificação da agricultura paulista, aprofundando uma tendência já observada anteriormente, de aumento das pequenas propriedades nas áreas de fronteira, como Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana, favorecendo antigos colonos que haviam se dedicado à cultura alimentar e que resistiram melhor à crise do que os grandes produtores de café. Nesse sentido, infere Trento (1989), há a reestruturação parcial dos modos de

produção, em que o colonato, se não desaparece, perde sua exclusividade como forma de trabalho livre na lavoura cafeeira, explicando parcialmente a demanda posterior, nas discussões sobre a retomada da imigração, por mão de obra mais qualificada para a agricultura que se modernizava. Assim, a queda da imigração italiana devia-se a vários fatores.

Esse fenômeno não se devia decerto, às cotas de imigração que entraram em vigor com a Constituição de 1934 e foram confirmadas pela de 1937, pois ficou-se muito aquém delas. Sua causa estava ao contrário, na situação interna brasileira e na diminuição geral do fluxo imigratório, devido às dificuldades no mercado internacional do trabalho, depois da crise de 29. A isso correspondem, na Itália, restrições à liberdade de imigração, aplicadas pelo fascismo (TRENTO, 1989, p. 289).

É preciso considerar toda a conjuntura nacional e internacional e suas repercussões na economia brasileira nas décadas de 1920 e 1930, mormente, o impacto da “grande depressão” sobre a economia mundial e brasileira, em particular. Países que dependiam enormemente do seu setor externo, como o Brasil, e de suas exportações, do café, principalmente, no caso brasileiro, tiveram um encarecimento relativo muito alto das importações das quais dependiam, o que os fez se “voltarem para dentro”, como se sabe, com o crescimento da economia dependendo, então, de fatores internos. Esses fatores interferiram basicamente não apenas na política econômica dos períodos 1930 a 1934, 1934 a 1937, período de certo “boom” econômico, mas, posteriormente, no período do Estado Novo, de 1937 a 1945, quando da chamada “economia de guerra” e do fortalecimento do poder central, com uma política visando ao abastecimento do mercado de mão de obra, que passou a depender diretamente das diretrizes traçadas pelo poder central. Toda a retórica em torno da proteção ao trabalhador nacional e os apelos nacionalistas do período explicam-se pelas injunções da economia de “substituição de importações” e pelas necessidades de um mercado carente de mão de obra qualificada que caracterizaria o Pós-Segunda Guerra (ABREU, 1990).

É preciso considerar que, a partir de 1927, os subsídios à imigração são suspensos pelo Estado de São Paulo:

Depois de representar 56,9% entre 1886 e 1900, reduziu-se a 23,8% entre 1901 e 1920 e a 10,6% entre 1921 e 1940 [...], uma vez que

as correntes italianas continuaram a privilegiar os países que antes do conflito já haviam se destacado como os mais importantes receptores de mão-de-obra italiana (como EUA e Argentina). Ou seja, o Brasil deixa de exercer atração da mão-de-obra italiana a partir dos anos 20 (TRENTO, 1989, p.247).

Desta forma, o aumento das entradas de imigrantes italianos, que se observa a partir do Acordo Brasil-Itália de 1950, é bastante significativo, dado todo o quadro descrito anteriormente. Entre 1950 e 1972, entraram, no Brasil, 105.149 italianos, sendo o período de 1950 a 1959, o mais expressivo, com 91.931 ingressos. Na década anterior, havia-se registrado a entrada de 15.819 italianos (LEVY, 1974). A razão para esse crescimento, conforme já referido, foi o Acordo Brasil-Itália de 1950. A década seguinte, de 1960 a 1969, indica a queda das entradas, novamente, em razão do fim do Acordo de migração, em 1963.

La Cava (1999, p.159) aponta a suspensão da imigração de trabalhadores qualificados em virtude do grande número de “repatriações excessivas, pois sugeriam a falta de oportunidades e salário”. Para a Facchinetti (2004), o grande número de repatriados justifica-se, entre outros motivos, pelo crescimento da economia italiana a partir de 1955.

Do ponto de vista brasileiro, a demanda por mão de obra qualificada, após o final do Estado Novo e do conflito internacional, cresce com o desenvolvimento do parque industrial paulista. Da perspectiva dos países diretamente envolvidos com a guerra, especialmente a Itália e os EUA, criaram-se mecanismos para aliviar as tensões sociais causadas pelo desemprego e as catastróficas condições de vida das populações, com o conseqüente incentivo à emigração apoiado pela Igreja Católica. A criação de organismos dedicados a esse fim, assim como os acordos bilaterais entre países foram soluções utilizadas e que vieram ao encontro das necessidades de mão de obra qualificada por parte do Brasil.

Assim, o Acordo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 05/07/1950, previa a emigração de italianos para o Brasil, acompanhados ou não de suas famílias, quer sob a forma de migração espontânea baseada na carta de chamada familiar ou em oferta de trabalho, quer sob a forma de transferência de sociedades,

de cooperativas ou de grupos de trabalho, condicionada à aprovação pelas autoridades brasileiras e italianas. Previa-se, também, recrutamento e seleção para núcleos coloniais. As atividades profissionais eram agrupadas em três categorias: 1) regime de trabalho agropecuário; 2) regime de trabalho por conta própria (artesanato ou outro regime de trabalho); e 3) regime de trabalho assalariado, ou sob outras formas de remuneração, para trabalhadores agrícolas, industriais e operários sob a proteção e assistência da legislação trabalhista. Foram também aprovadas as remessas para a Itália, mas havia aspectos muito problemáticos na execução plena desse acordo. Segundo La Cava (1999), o acordo voltava-se para a imigração rural, numa época em que o setor agrícola brasileiro passava por forte competição dos produtos asiáticos e africanos.

Assim, os dois países assinam novo acordo, em 1960, que embora oferecesse maiores vantagens aos imigrantes do que o de 1950, não teve o efeito de assegurar um fluxo continuado de imigrantes italianos. Essas oscilações e a melhora da economia italiana explicam os índices de entrada que se verificaram acima, concentrados entre os anos de 1952 e 1962. Além disso, a atuação do CIME, depois de 1951, recrutando e selecionando emigrantes dentro da Itália, além de promover cursos profissionalizantes dentro e fora da Itália, concorreu em muito para as entradas durante esse período. A emigração para o Brasil podia ser dirigida ou espontânea, valendo-se ambas da colaboração e assistência do CIME ou de outros organismos previamente acordados.

A emigração dirigida compreendia, entre outras, as seguintes categorias: a) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados e semiquualificados; b) unidades de produção ou empresas de caráter industrial ou técnico de interesse do Brasil; c) agricultores, técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, operários agropecuários, lavradores, criadores e camponeses em geral. Todos desejosos de estabelecerem-se como proprietários ou não; associações e cooperativas de agricultores; familiares que acompanhassem os emigrantes ou que fossem chamados pelos já aqui residentes. Além disso, o acordo previa a autorização de exportação de uma série de bens pertencentes aos imigrantes, como instrumentos de trabalho, bicicletas, máquinas

de malharia, equipamentos agrícolas, inclusive tratores e maquinas de beneficiamento, etc., além da isenção de impostos.

Apesar das diversas cláusulas do acordo prevendo as condições de recrutamento e seleção pelas autoridades italianas e brasileiras, embarque e transporte a cargo do governo italiano, com auxílio do CIME, recepção, encaminhamento e colocação pelo governo brasileiro, além da concessão de facilidades na organização de associações assistenciais, etc., as entradas de imigrantes italianos tendem a decrescer, em decorrência da retomada da economia italiana, por um lado; e, de outro, a aceleração das migrações internas no Brasil, com a tendência a proteger o trabalhador nacional.

### **PERFIL DOS IMIGRANTES ENTRADOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA**

O presente artigo pauta-se pela análise de 99.659 registros de ingressos de imigrantes inseridos em um banco de dados *Access*, que consolida campos de diferentes tipos de documentos de um mesmo imigrante. Convém ressaltar as dificuldades no tratamento dessas informações, advindas de discrepâncias presentes na documentação original, tais como datas, gênero, idade, nomes de localidades, dados incompletos, ausência de identificação do ano de ingresso ou registros anteriores a 1947 ou posteriores a 1980 (o que foi considerado como erro de preenchimento do documento ou da digitação).

A abordagem do campo nacionalidade resultou na identificação de 74 diferentes nacionalidades, com precisão do ano de ingresso de 97.058 imigrantes (97,4%), dado que se reduz a 52.393 (52,57%) se não forem considerados os parentes e demais acompanhantes (como agregados, primos de parentes, etc.).

Ao considerar o movimento das principais nacionalidades, verifica-se o predomínio da nacionalidade italiana (44.148), em segundo lugar, a espanhola (15.348), números próximos para a japonesa (6.000) e a grega (5.732); e entrados como refugiados, no período de 1947 a 1949, notam-se a nacionalidade polonesa (4.811) e os apátridas (3.573), sendo que não foi possível precisar a nacionalidade de 4.779 imigrantes.

No caso dos italianos, objeto deste estudo, para o período 1946 a 1980, relacionam-se 43.502 ingressos (98,5%) e as maiores entradas registraram-se nos anos 1951 a 1960, com 39.889 italianos, o que corresponde a 90,3% do total. Trento (1989) afirma ser o ano de 1961 o de maior movimento, todavia isso não se verifica com relação aos ingressos na Hospedaria, visto que existem apenas 1.262 registros nesse ano. A redução dos ingressos acentua-se nos anos subseqüentes, 813 em 1962, 230 em 1963 e 36 em 1964, após esse período, o ano de maior registro ocorre em 1967, com 163 italianos.

Trento (1989) estima o ingresso de 112 mil imigrantes europeus no Brasil com recursos do CIME. De um universo de 71.711 apontamentos identificados na Hospedaria com recursos advindos do Comitê, durante o período 1952 a 1978, constatam-se 69.380 imigrantes, destes, 43.212 eram italianos, 14.897 espanhóis, 5.696 gregos, 1.148 alemães, entre outros.

Constatam-se 16.764 imigrantes que contaram com recursos do IRO durante o período 1947 a 1949<sup>5</sup>. Considerando-se o seu agrupamento por nacionalidade, tem-se: polonesa (28%), ucraniana (10%), apátrida (9%), húngara e iugoslava (7% cada), russa (6%), letã (4%), lituana (3%), checoslovena e romena (2% cada), estoniana e armênia (1% cada), ao que se ressalva que 20% dos registros encontram-se sem identificação da nacionalidade. Trata-se do reassentamento de famílias inteiras, cujos chefes de família foram selecionados para trabalhar no Brasil.

Andrade (2005) estima o ingresso de 29 mil refugiados ou deslocados de guerra de 1947 a 1952 (ano do fechamento do escritório da IRO no Rio de Janeiro), considerando o total de registros (17.066) presentes no banco de dados, tem-se que a Hospedaria recebeu 59% dos que se dirigiram ao Brasil. Paiva (2000), por sua vez, aponta um total de 19.685 entradas de refugiados no Brasil, até 1949.

---

<sup>5</sup> Andrade (2005) destaca que o governo do estado de São Paulo tentou estabelecer um acordo com a IRO, em 1947, para receber cerca de 5 mil famílias, o que corresponderia a 25 mil pessoas, todavia tal cifra não foi alcançada.

## PERFIL E COMPOSIÇÃO DO GRUPO ITALIANO

Como foi observado, a partir da seleção dos 44.148 imigrantes que declararam nacionalidade italiana, foi criada uma planilha em *Excell* para a contabilização das ocorrências dos campos já mencionados.

Verifica-se que se dirigiram ao Brasil, predominantemente por transporte marítimo, 25.428 homens e 18.564 mulheres, cujo ano de maior ingresso corresponde a 1954, totalizando 8.787 entradas (20,2%).

Segundo Facchinetti (2004, p. 108), nessa época, as embarcações possuíam “compartimentos separados com camas, banheiros, chuveiros, para garantir a higiene e evitar epidemias”. A viagem demorava cerca de 20 a 30 dias e os “navios traziam imigrantes de diversas nacionalidades” (FACCHINETTI, 2004, p.109).

Das 10.756 mulheres que acompanharam o viajante principal, 2.714 eram esposas, 6.411 filhas, 598 irmãs, 208 cunhadas, 187 mães, 139 noras, 116 sobrinhas, 95, netas, 45 primas, 23 sogras, 17 agregadas, 9 enteadas, 8 tias, 3 madrastras, 1 filha adotiva, 1 avó, 1 afilhada e 241 que não identificaram o vínculo. Das 7.680 registradas como imigrante principal, 3.722 mulheres declararam-se chefe de família, 2 filhas, 1 esposa e as demais 4.014 nada identificaram. Para Facchinetti (2004, p.110), “os homens vinham sozinhos, mas as mulheres não viajavam desacompanhadas”.

Destaque-se que muitas famílias se recompuseram, posteriormente, segundo Trento (1989), em virtude da ausência de vagas nas embarcações para os acompanhantes. Mesmo mulheres e filhos viriam se reunir com o restante da família à medida que conseguiam a autorização de suas solicitações junto ao CIME. Nesse sentido, identificaram-se 1.169 casos: 250 esposas chamadas por seus maridos, 8 maridos demandados pelas esposas, 81 pais chamados pelos filhos, 9 filhos requeridos pelas mães, 151 por seus cunhados, 20 por parte dos sogros, 8 por parte dos genros, 247 pelos irmãos, 154 por primos, 8 por sobrinhos, 145 pelos tios, 1 pelo avô, 6 por parentes e 81 filhos chamados pelos pais.

Ressalta-se, no entanto, que nem todos os acompanhantes se dirigiram à Hospedaria, pois o familiar ou amigo que demandara aquele que vinha por ato de chamada, custeava a passagem e se encaminhava ao porto para buscá-lo. O ato de chamada era realizado por parente ou amigo

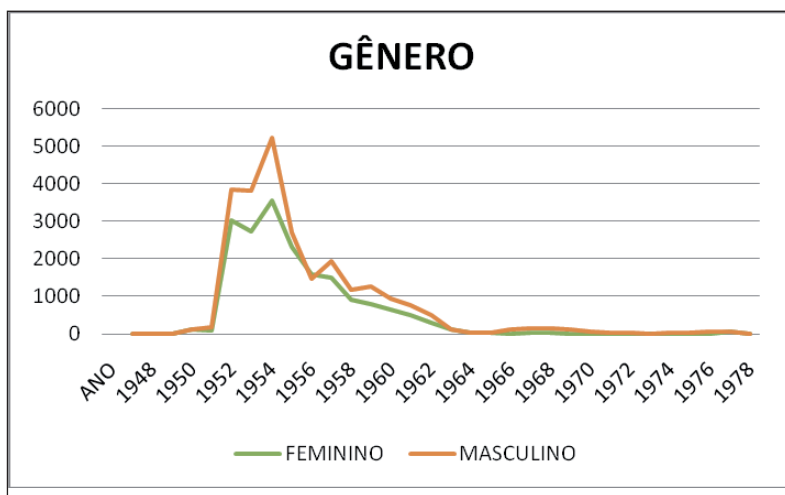
que se responsabilizava pelo imigrante, e consistia da oferta de emprego e/ou de endereço de moradia. Quando vinham por conta do CIME, “este se encarregava de arranjar-lhe um emprego e os abrigava nas hospedarias de imigrantes (FACCHINETTI, 2004, p.112).

Trento (1989, p. 416) aponta o incentivo à emigração de homens desacompanhados, com idade variando entre 25 a 40 anos.

Para evitar previsíveis decepções e conseqüentes problemas *in loco*, o CIME estabeleceu só admitir trabalhadores com uma qualificação para a qual era prevista, no Brasil, uma remuneração mensal de 2.500 cruzeiros, nos centros urbanos maiores, e de 2.300 nas cidades menores. Em todo caso, os que pertencessem a categorias profissionais cujo salário variava dos 2.300 aos 4.000 cruzeiros só podiam partir se fossem solteiros; só os emigrantes para os quais eram previstas remunerações superiores a 4.000 cruzeiros eram aceitos, se casados e com filhos.

O gráfico de ingresso anual revela esse predomínio masculino (25.005 – 57,6%), e, apenas em 1956, o número de mulheres (1.582) é superior ao de homens (1.483).

GRÁFICO 1 – Composição da nacionalidade italiana por gênero: ingresso anual



Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008) <sup>6</sup>

<sup>6</sup>Desenvolvido entre 2003 e 2008 no âmbito do projeto “Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80”, o banco de dados foi construído a partir da



Destaque-se o equilíbrio no número de homens e mulheres, se considerados no conjunto, de 0 a 14 anos e a partir dos 40 anos. A faixa etária 20 a 24 anos é a mais numerosa no gênero masculino (4.088), enquanto, para as mulheres, corresponde dos 10 aos 14 anos (2.432).

Os dados relativos à idade declarada no documento contemplam erros e omissões, pois foram transcritos e contabilizados tal como se apresentavam. Segundo Facchinetti (2004, p.115), “eram, em sua maioria, jovens de ambos os sexos, solteiros, visto que a grande demanda era pelo imigrante jovem, com habilidades técnicas”, mas os dados revelam certo equilíbrio do estado conjugal.

Ingressaram 43.212 italianos com o apoio do CIME, durante o período 1952 a 1978; e com os recursos do IRO foram introduzidos 20 italianos durante os anos 1947 a 1949. Com recursos do *Hebrew Immigration Aid Service* (HIAS), quantificam-se 10, oriundos predominantemente do Egito (7).

A tabela 1 revela o número de mulheres (5.147) e homens casados (6.914), o que permite inferir que as mulheres ou estavam acompanhadas pelos maridos ou vinham encontrá-los, dessa maneira, recompondo os laços familiares. Nota-se a preponderância de homens solteiros (38,28%) e, ao que se refere aos viúvos, o número de mulheres (472) supera o de homens (98).

TABELA 1 – Estado conjugal

<b>Estado conjugal</b>	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>
Casado	6.914	28%	5.147	21%
Desquitado	14		1	
Divorciado	3		1	
Sem identificação	563	2%	58	
Solteiro	9.522	38%	2.080	8%
Viúvo	98		472	2%
<b>Total</b>	<b>17.114</b>	<b>69%</b>	<b>7.759</b>	<b>31%</b>

Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008)

---

documentação presente no Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional entre o Memorial e o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP).

A maioria dos italianos (57%) embarcou acompanhada por uma (21%), duas (15%), três (9%), quatro (5%), cinco (3%) e seis (2%) pessoas, com incidência de 1% para aquelas compostas por sete e oito integrantes. A título de exemplificação, destaca-se a família do agricultor Giovanni Boaretto (60 anos), de Rovigo, que veio acompanhado por sua esposa, Erminia Masiero (60 anos), os três filhos casados Giuseppe (32 anos), Pietro (29 anos), Umberto (26 anos) e respectivas esposas, Ginetta (28 anos), Gugliemina (24 anos) e Elsa (30 anos), e nove netos, todos com idades inferiores a 9 anos, e duas filhas: Maria (22 anos) e Teresa (20 anos). Desembarcados em Santos, o destino dessa família foi a Fazenda Santo Antonio, de Custodio Caldeira, localizada em Pirajuí, no interior de São Paulo.

A análise do campo posição na família do imigrante ficou comprometida em virtude da grande incidência de não identificados (41% dos italianos). Observam-se 30% registrados como filhos, 6% como esposas, 4% como irmãos e 17% como chefes de família.

## **PROCEDÊNCIA**

Os campos província e região de origem indicaram 18.712 imigrantes, 25% dos quais não tinham registro. Tais informações foram sistematizadas revelando a seguinte concentração por região: Campania (4.480), Calabria (2.632), Sicilia (1.680), Lazio (1.451), Abruzzo (1.280), Puglia (1.150), Veneto (1.133), Molise (1.046), Basilicata (793), Lombardia (670), Toscana (648), Emilia-Romagna (532), Friuli-Venezia Giulia (247), Umbria (205), Marche (198), Piemonte (192), Liguria (165), Sardegna (132), Trentino Alto Adige (72) e Valle D'aosta (6).

## MAPA 1 – Emigrantes italianos por região (1940 a 1980)



Fonte: ESRI (2004); Itália: VDS Technologies (2009).

Seguiu-se a elaboração do mapa com o programa *ArcGIS 9.0* e cada conjunto de 5 indivíduos foi convertido em um ponto. Os pontos foram inseridos sobre uma base cartográfica digital da Itália e revelam que a principal origem desses emigrantes é, sobretudo, das regiões meridionais da Itália.

Por sua vez, a trajetória no Brasil foi revelada pela declaração da localização do destino de 6.746 imigrantes (27%) por meio da localização da empresa contratante. Nesse sentido, o estado de São Paulo concentrou 6.618 ocorrências, o Rio Grande do Sul - 61, Paraná - 35, Minas Gerais - 17, Goiás - 11, Santa Catarina - 2 e Bahia uma única referência.

A título de exemplificação, a tabela 2 reúne a localização das empresas contratadoras paulistas por região e se observa que 99% das empresas desse estado foram identificadas. A Região Metropolitana de São Paulo constitui a maior ocorrência, com 5.688 repetições.

TABELA 2 – Municípios paulistas das empresas contratadoras

<b>Região</b>	<b>Total</b>
Metropolitana de São Paulo	5.688
Administrativa de Marília	294
Administrativa de Campinas	198
Administrativa de Bauru	119
Administrativa de Sorocaba	116
Administrativa de São José Do Rio Preto	44
Administrativa de São José Dos Campos	37
Administrativa Central	28
Administrativa de Ribeirão Preto	28
Administrativa de Registro	6
Metropolitana da Baixada Santista	5
Administrativa de Araçatuba	3
Administrativa de Franca	2
Administrativa de Presidente Prudente	2
<b>Total</b>	<b>6.570</b>

Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008)

Dos 2.880 italianos que se declararam agricultores, não foram identificados os destinos de 1.476 pessoas, os demais dirigiram-se para 89 destinos, concentrando-se, sobretudo, na Região Sudeste (São Paulo – 1.364 e Minas Gerais – 12) embora encontrem-se, ainda, referências ao Sul (Paraná – 14 e Rio Grande do Sul – 10 ) e ao Centro-Oeste (Goiás – 4) do país. Dos 1.364 imigrantes reunidos no estado de São Paulo, constam os destinos de 1.338 pessoas, concentradas, mormente, na Região Metropolitana de São Paulo (772), como ilustra a tabela 3.

TABELA 3 - Municípios paulistas dos contratadores de agricultores

<b>Região</b>	<b>Total</b>
Metropolitana de São Paulo	772
Administrativa de Marília	243
Administrativa de Bauru	111
Administrativa de Campinas	77
Administrativa de Sorocaba	59
Administrativa de São José Do Rio Preto	36
Administrativa Central	22
Administrativa de Ribeirão Preto	13
Administrativa de Araçatuba	3
Administrativa de São José Dos Campos	2
<b>Total</b>	<b>1.338</b>

Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008)

Ressalta-se a Região Administrativa de Marília (Tabela 3), onde se localiza o empreendimento da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, em Pedrinhas, com 111 imigrantes que para lá se dirigiram (essa quantificação exclui os acompanhantes). Pereira (2002) aponta que esse núcleo colonial, formado por imigrantes italianos do Pós-Segunda Guerra, teve, no seu primeiro ano de funcionamento, a instalação de 41 famílias em uma área de 3.565ha. Planejado por especialistas em colonização agrícola, sua implantação foi precedida por análises do clima, das condições econômicas e agrárias, civis e sociais. Durante o período 1963 a 1977, Pedrinhas recebeu 236 grupos familiares, desses, 129 ali permaneceram e 109 deixaram a colônia.

#### **A NATUREZA DA MÃO DE OBRA**

Observa-se que, das 318 diferentes ocupações declaradas, acrescentam-se estudantes (375), aposentados (117), prendas domésticas (6.448) e 909 pessoas que não identificaram a modalidade de sua ocupação. A tabela 4 comporta as profissões declaradas e revela as dificuldades de tratamento desse campo, dada a diversidade de especializações que

cada tipologia aglutina: operário – 32 especialidades, mecânico – 50 especialidades, ajustador – 20 especialidades, torneiro – 7 especialidades, carpinteiro – 10 especialidades, eletricitista – 14 especialidades, aprendiz – 39 especialidades, soldador – 4 especialidades, desenhista – 24 especialidades e técnico – 77 especialidades.

TABELA 4 – Principais profissões

Profissão	Total	Profissão	Total
Operário	3.663	Eletricista	349
Agricultor	2.880	Sapateiro	347
Mecânico	1.117	Aprendiz	302
Pedreiro	827	Soldador	277
Engenheiro	612	Alfaiate	262
Ajustador	610	Desenhista	252
Marceneiro	587	Técnico	243
Torneiro	475	Costureiro	235
Carpinteiro	364		

Fonte: Banco de dados (MEMORIAL, 2008)

Estima-se que 16 profissões exigiram a realização de curso superior, ao que se sobressai o número de engenheiros (612) e químicos (24); em menor número, físicos (8), agrônomos (5), geólogos (3) e médicos (2); e, com apenas um registro, biólogo, ciências agrárias, ciências biológicas, hidrólogo-geólogo, jornalista, letras, ortopedista, repórter e veterinário. Acrescentam-se 10 italianos que apresentaram titulação como doutor em Química (5), Física (2), Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Letras Clássicas.

A atuação dos engenheiros revela 40 diferentes especialidades: agrônomo (2), civil (4), fabricação (1), de minas e metalurgia (1), eletricitista (12), eletromecânico (1), eletrônico (12), eletrônico nuclear (1), eletrotécnico (16), especialista em cálculos de grandes estruturas (1), hidráulico (6), industrial (1), industrial mecânico (2), mecânico (48), mecânico hidráulico (1), nuclear (1), químico (10), têxtil (1) e técnicos (479).

Tais dados revelam a diversificação do parque industrial brasileiro, com 929 indústrias declaradas e indicam a contratação tanto de trabalhadores com curso superior quanto daqueles para a linha de produção. Há que se destacar também a área de construção civil (191

diferentes contratadores), que empregou grande número de trabalhadores para o setor. Ressalte-se que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A contratou 1.017 italianos, constituindo a maior contratadora desse contexto, além de empresas de origem italianas aqui instaladas, tal como Pirelli S.A., responsável pela vinda de 37 italianos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou caracterizar as especificidades da política imigratória brasileira e internacional no período de retomada do processo por parte do Brasil, que, no plano internacional, evidenciou a relação estreita com a política multilateral que caracterizou o período, sob a hegemonia das Nações Unidas e dos países vencedores da guerra. A instituição de organismos internacionais, no pós-guerra, significou o direcionamento da política imigratória por parte dos países ocidentais, segundo os interesses dos países ocidentais em desafogar o excesso de população, no quadro da reconstrução que se seguiu. A imigração italiana é emblemática desse direcionamento, evidenciando um perfil mais qualificado de imigrantes, em relação ao período da grande imigração, que se dirigem à agricultura que se modernizava e à indústria paulista.

Procurou-se valorizar a documentação disponível junto ao Memorial do Imigrante, cujas possibilidades de análise vão muito além dos limites deste artigo. O artigo, assim, consistiu num esforço inicial de análise dos dados que compõem o banco organizado por Salles, Sakurai e Paiva (2008), entre 2003 e 2008, e que se encontra disponível aos pesquisadores junto ao Memorial do Imigrante/SP. Focalizou-se as entradas de imigrantes italianos no Pós-Segunda Guerra Mundial, a partir dos Acordos Brasil-Itália, de 1950 e 1960, este último, cancelado em 1963, a partir do que as entradas tendem a cair sensivelmente. A imigração italiana passa por diferentes fases no Brasil, mas evidencia uma tendência de queda, já a partir de 1902, quando a Itália proíbe a imigração subsidiada para o Brasil além de ter sofrido um redirecionamento no sentido dos EUA. A restrição imposta no período Vargas, sobretudo a política de cotas instituída em 1934, não chega a afetar a tendência de queda da imigração italiana, uma vez que os números são descendentes já há bastante tempo, como evidenciam os dados

apresentados por Trento (1989). Assim, a imigração italiana, no Pós-Segunda Guerra Mundial, representa realmente uma retomada do fluxo, conquanto em números bem menores considerando-se o período da grande imigração, ao lado dos portugueses e espanhóis. Os japoneses também aparecem como um grupo bastante significativo no pós-guerra. É notória a ausência dos portugueses nesse banco de dados, uma vez que, embora representem o maior grupo de imigrantes desse período, não se utilizaram dos serviços do CIME. A hipótese é de que como imigração antiga, os portugueses dispõem de redes, dentro da comunidade, que viabilizam o processo imigratório sem a necessidade de organismos internacionais de apoio.

A análise do banco de dados, assim, permitiu a visualização de um perfil do grupo, composto por 44.148 imigrantes de nacionalidade italiana, além de evidenciar algumas características próprias à imigração do período, que recebeu uma mão de obra mais qualificada em resposta às demandas do mercado de trabalho paulista (capital e interior). Uma análise mais detalhada das profissões e das empresas empregadoras da mão de obra no período pode revelar uma face pouco estudada da industrialização paulista. Evidentemente, a análise poderá ser enriquecida à medida que outros grupos forem focalizados, permitindo, dessa forma, abordagens comparativas, principalmente com as outras nacionalidades mais representativas do período. Ressalte-se, ademais, a importância em se destacar alguns subperíodos mais longos, constituído pelos anos de 1947-1980. O curto período, por exemplo, de 1947 a 1949, que marca a maior concentração de entradas de refugiados de guerra, provenientes dos campos da Alemanha e da Áustria, é extremamente rico para a história da imigração e da história urbana da cidade de São Paulo, além dos períodos posteriores cujas entradas se deveram ao CIME e aos acordos entre o Brasil e países europeus e o Japão.

No caso dos italianos, os dados apontaram numa clara direção à cidade de São Paulo, além de uma concentração em determinadas profissões que indicam especialidades técnicas. Outro dado importante é revelado pela origem, quanto às regiões meridionais da Itália, em virtude, sobretudo, das condições da economia italiana no Pós-Segunda Guerra. Há, também, quanto ao destino no Brasil, além da concentração na Região Metropolitana, uma concentração significativa em algumas regiões no



interior do estado, em função das demandas das empresas empregadoras. Observou-se que as grandes empresas recrutavam trabalhadores diretamente na Itália, e que um dos maiores empregadores de imigrantes italianos foi a IRFM, da família Matarazzo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo P. (Org.). *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. 10.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ANDRADE, J. H. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). *Política Internacional*, Ano 48, n.1, p. 60-96, 2005.
- AMBROSI, Eugenio. Geopolítica e economia mundial no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosario; PAIVA, Odair (Org.). *Migrações Pós-Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Fapesp/DL D' Livros, 2009. p. 1-128. (Série Reflexões).
- BAGANHA, Maria I. B. Principais características e tendências da emigração portuguesa. In: *ESTRUTURAS Sociais e Desenvolvimento*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, Fragmentos, 1993. p.819-835.
- BASSANEZI, M. Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. 2.ed. In: PATARRA, Neide (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. v.1. p.1-35.
- CICM. *Fourth International Catholic Migration Congress*. Genève, Suisse/Otawa, Canada: Information Center of the International Catholic Migration Comission, 1960.
- DIC. Legislação Imigratória. *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, n. 7, dez. 1952.
- FACCHINETTI, L. *O imigrante italiano o Segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara, 2004.
- HOBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LACAVA, Glória. As origens da emigração italiana para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial. *Novos Cadernos II*, São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, p. 49-77, 1988.
- LEVY, Maria Stela. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n.8, 1974.
- MEMORIAL do Imigrante. Banco de dados. *Projeto: Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial- 1947-1980*. São Paulo: FAPESP, 2008. CD
- PEREIRA, João Baptista Borges. *Italianos no mundo rural paulista*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

- PAIVA, Odair. Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. Apontamentos. *Revista Travessia*, Ano XIII, n. 37, maio-ago. 2000.
- SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosário R.; PAIVA, Odair. *Guia do Banco de Dados. Relatório Científico*. São Paulo: FAPESP, 2008.
- SILVA, Celso A de Souza. O Brasil e os organismos internacionais para as migrações. *Revista Brasileira de Política internacional RBPI*, n. 2, 1997.
- TRENTO, A. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- VIGEVANI, Tullo. Política e diplomacia. In: SAKURAI, Célia; SALLES, M. Rosário R.; PAIVA, Odair da C. *Migrações no Pós Segunda guerra Mundial*. São Paulo: Memorial do Imigrante/FAPESP/D'Livros, 2009. p. 89-103. (Série Reflexões).

## ACORDOS

- ACORDO de Imigração entre a Itália e o Brasil. *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*. n. 5, 1950.
- ACORDO de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália. Assinado no Rio de Janeiro a 05/07/1950. Aprovado pelo Decreto Legislativo n. 28, de 22/08/1951. *Diário Oficial* de 08/09/1951. Ratificações a 28/04/1952. Promulgado pelo Decreto n. 30.824, de 07/05/1952, publicado no Diário Oficial de 16/05/1952. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 299. Serviço de Publicação.
- ACORDO Brasil Itália. *Coleção de Atos Internacionais*, n. 499, Roma, 09/12/1960.
- ACORDO Brasil Espanha. *Coleção de Atos Internacionais*, n. 511, Madri, 27/02/1960. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações, 1967.
- BRASIL. *Decreto Lei n. 7.967 de 18/09/1945*. Coleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Atos do Poder Executivo v. 7, outubro/dezembro de 1945, p.378-390. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização n. 7. Brasil. São Paulo: DIC, 1952.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei n. 2.163, de 05/01/1954*. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 04/09/03.
- CONVENÇÃO relativa ao estatuto dos refugiados. *Coleção de Atos Internacionais*, n. 472, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1963.